

## **As distintas formas e estratégias de reprodução social da agricultura familiar brasileira: o caso da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**

Ana Beatriz Faccio Ferreira<sup>1</sup>, Graziela Corazza<sup>1</sup>, Alessandra Troian<sup>2</sup>, Raquel Breitenbach<sup>1\*</sup>  
\*Orientador

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) -  
*Campus Sertão*. Sertão, RS, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Santana do Livramento, RS, Brasil.

A agricultura familiar ganhou destaque e maior reconhecimento nas políticas agrícolas do Brasil a partir da década de 1990, quando a referida categoria passou a fazer parte da agenda política do Brasil como uma estratégia de desenvolvimento rural. Recentemente, o foco dos estudos e políticas públicas visa contemplar sua heterogeneidade. Nesse sentido, o presente estudo objetiva analisar a agricultura familiar da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, destacando o surgimento, as principais características e a dinâmica e reprodução social. Metodologicamente utilizou-se a revisão bibliográfica e a visita *in loco* com coleta de imagens. No RS, a agricultura familiar ocupa 85,75% dos estabelecimentos agropecuários e especificamente na região Fronteira Oeste do estado, 58,42%. Como resultado da pesquisa, percebeu-se a carência de estudos sobre a temática. Identificou-se que a agricultura familiar, embora sempre se fizesse presente na região, ganha destaque a partir de 1990, com a implantação dos assentamentos rurais, o reconhecimento acadêmico da categoria e com as políticas públicas. Entre as estratégias de reprodução social da agricultura familiar local destaca-se a diversificação de cultivos, a cooperação e o acesso a políticas públicas, tanto para crédito quanto de comercialização. A região estudada é conhecida pelas grandes extensões de terra e pela pecuária extensiva, que fazem com que a agricultura familiar passe despercebida pelos órgãos de investigação e principalmente pelas políticas públicas que são incentivos para que se continue com as atividades familiares. Destaca-se, comparativamente a outras regiões do estado, a menor diversidade produtiva, a reduzida interação social e convívio em comunidades, em função da distribuição espacial e também a localização em assentamentos rurais. Os assentamentos desta região têm como principais fontes de subsistência e renda as atividades de pequena exploração da pecuária de corte, ovinocultura, cultivo de arroz e fruticultura, produção de leite, porém ainda insipiente. Muitas famílias complementam a renda agrícola com aposentadoria rural e venda de mão de obra. Conclui-se que, apesar do considerável número e do maior reconhecimento da agricultura familiar, os latifúndios continuam em evidência, pressionando e ocupando a maior (e as melhores) área de terra e acessando mais crédito, reflexo de um Brasil que privilegiou as grandes propriedades e os grandes produtores nas ações políticas, deixando de lado ações voltadas para a agricultura familiar. Enquanto isso, a agricultura familiar local utiliza-se de artifícios para se reproduzir e ganhar competitividade, a exemplo da diversidade e cooperativas.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais. Fontes de subsistência. Políticas públicas. Diversificação. Cooperativas.

Trabalho executado com recursos do Edital nº 014/2015 – Fomento Interno 2016-2017, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.